

## **LEI ORDINÁRIA Nº 670**

*de 27 de março de 2008*

### **Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Chapadão do Sul - MS e dá outras providências**

*O Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e consoante as disposições da Constituição Federal, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte LEI.*

#### **Art. 1º..**

*Fica o subsídio mensal dos Vereadores do Município de Chapadão do Sul - MS para a legislatura de 2.009 à 2.012, fixado em R\$ 4.435,00 (Quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), valor este inferior aos 30% dos subsídios dos Deputados Estaduais, consoante informações constantes de certidões de Deputados e da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul que noticiam os subsídios dos parlamentares estaduais ora em R\$ 15.502,50 (Quinze mil, quinhentos e dois reais e cinquenta centavos).*

#### **Art. 2º..**

*O Presidente e o Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Sul - MS, pelo exercício das funções e devido ao alto grau de responsabilidade e zelo, inerentes ao cargo, receberão mensalmente valores equivalentes a 50% (cinquenta por cento) e 30% (trinta por cento), respectivamente, do subsídio mensal.*

### **Art. 3º..**

*O subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar ao índice percentual de 5% da receita do Município, observando ainda o Duodécimo Mensal deste Poder Legislativo e as disposições insertas na Lei Complementar Federal n.º 101 e demais normas legais pertinentes.*

### **Art. 4º..**

*A ausência do vereador à sessão ordinária, ou a sua não participação na ordem do dia da sessão legislativa realizada, implicará no desconto de  $\frac{1}{4}$  do valor do seu subsídio mensal para cada falta verificada, salvo justificativa apresentada tempestivamente ou consoante permissão regimental.*

### **Art. 5º..**

*No período do recesso legislativo, os subsídios mensais serão pagos de forma integral.*

### **Art. 6º..**

*O comparecimento efetivo as sessões extraordinárias realizadas no período de recesso legislativo será remunerado na proporção de  $\frac{1}{4}$  do subsídio mensal para cada sessão, até o máximo de quatro, observada a disponibilidade efetiva de recursos para a realização das despesas com a finalidade.*

### **Art. 7º..**

*As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil, consignada no Orçamento do Poder Legislativo Municipal em cada exercício financeiro.*

### **Art. 8º..**

*Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.*

***ELIO BALEM****Presidente*

---

*Lei Ordinária Nº 670/2008 - 27 de março de 2008*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*